

Minuta do CONTRATO Nº ____/PGJ/202_

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta Capital, na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, por intermédio do (*adequar para Fundo Especial, se for o caso*), inscrito no CNPJ nº _____, neste ato representado, nos termos do inciso I do artigo 7º da Lei Orgânica do Ministério Público, por seu Procurador-Geral de Justiça, _____, residente e domiciliado em _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, sediada na (endereço completo), representada neste ato por (Representante Legal), portador do RG nº _____, expedido pela _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar este Contrato, decorrente do Processo nº 09.2026.00001407-0, vinculado ao Pregão Eletrônico nº _____, regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, e pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Contrato o fornecimento contínuo, pela Contratada, de água mineral, acondicionada em galões de 20 litros (reposição), pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, para atender às sedes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul localizadas no interior do Estado.

1.2. O objeto deste Contrato deverá ser executado de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e em eventuais anexos, que integram este Contrato, independentemente de transcrição ou anexação;

1.3. O objeto será executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. O prazo de vigência contratual é de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do instrumento, com possibilidade de prorrogação por igual período, respeitada a vigência máxima de 10 anos, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Dos requisitos da contratação

3.1.1. Garantia Contratual

3.1.1. Não será exigida garantia de execução do contrato, mas o contratante poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada.

3.1.2. Sustentabilidade:

3.1.2.1. A contratada deverá, sempre que possível, atender aos critérios e práticas sustentáveis previstas por meio da 6ª Edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (<https://www.gov.br/agu/ptbr/composicao/cgu/cgu/guias/guia-decontratacoes-sustentaveis-set2023.pdf>), que são:

- a) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- e) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
- f) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável;

g) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.1.3. Condições de execução contratual:

3.1.3.1. Considerando as peculiaridades territoriais e logísticas do Estado de Mato Grosso do Sul, marcado por grande extensão territorial, dispersão intermunicipal e deslocamentos rodoviários relevantes entre centros de distribuição e unidades consumidoras, a contratada deverá, como condição de execução contratual, e não como requisito de habilitação, comprovar, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, antes da assinatura do contrato, capacidade logística e estrutural para assegurar o fornecimento contínuo e tempestivo, observado o prazo máximo de 1 (um) dia útil, de modo a evitar risco de desabastecimento.

3.1.3.2. Como critério objetivo, no prazo de 03 (três) dias úteis antes da assinatura do contrato, como condição de execução contratual, o licitante vencedor deverá:

3.1.3.2.1. Apresentar declaração formal da empresa assumindo a obrigação de entrega em até 1 (um) dia útil, sob pena de sanções contratuais.

3.1.3.2.2. Apresentar plano logístico operacional contendo:

a) fluxo de atendimento do pedido realizado pelo MPMS até a entrega;

b) procedimento de contingência (ex: falha de transporte);

c) indicação do responsável operacional.

3.1.3.2.3. Apresentar comprovação de estoque regulador suficiente para atendimento contínuo. (ex: declaração assinada pelo representante legal, declaração assinada pelo representante legal da fonte distribuidora e água mineral, preferencialmente com firma reconhecida, contendo:

a) capacidade média de estoque disponível em galões;

b) declaração de que o estoque é suficiente para atender à demanda contratual sem risco de descontinuidade;

c) compromisso de manutenção do estoque mínimo durante a vigência contratual.

3.1.3.2.4. Apresentar histórico de fornecimentos similares (atestados de fornecimento contínuo e/ou contratos anteriores).

3.1.3.2.5. Comprovar a capacidade mínima de transporte.

3.1.3.2.5.1. O licitante vencedor deverá comprovar que possui veículo de carga que possua carga mínima compatível com a quantidade de galões a serem entregues às sedes do MPMS.

3.1.3.2.5.2. Conforme dados históricos do Departamento de Material e Patrimônio, a média mensal estimada consta na tabela abaixo.

3.1.3.2.5.3. Considerando que um galão de 20L corresponde a 20kg, o licitante vencedor deverá comprovar que possui veículo para transporte dos galões de água da seguinte forma:

a) Devido ao peso e volume dos galões de 20 litros, o transporte pode ser feito utilizando dispositivos acoplados à motos:

I - Sidecar (Carro Lateral): Estrutura acoplada à lateral da moto que permite carregar vários galões com maior estabilidade.

II - Semirreboque (Carretinha): Dispositivo tracionado pela motocicleta para o transporte da carga.

Tabela 1 - Comparativo de Capacidade

Dispositivo	Média de galões (20L)	Peso estimado da carga	Exigência principal
Sidecar	4 a 11 unidades	80kg a 220kg	Moto ≥ 125cc e homologação no documento

Semirreboque	4 a 6 unidades	80kg a 120kg	Placa própria e engate homologado
--------------	----------------	--------------	-----------------------------------

b) Veículos de carga para trabalho como furgões compactos, vans médias, vans grandes com capacidade mínima de 844 litros, que corresponderia a carga de no mínimo 40 galões de 20L.

Comarca	Quantidade total consumida por comarca em 2025	Média mensal estimada	Percentual de variação	Estimativa mensal com percentual de variação	Estimativa para 24 meses
Água Clara	35	4	6,69%	5	120
Amambai	129	15	6,69%	17	408
Angélica	42	5	6,69%	6	144
Aparecida do Taboado	121	14	6,69%	15	360
Aquidauana	131	15	6,69%	17	408
Bandeirantes	33	4	6,69%	5	120
Bataguassu	67	8	6,69%	9	216
Batayporã	45	5	6,69%	6	144
Bela Vista	93	11	6,69%	12	288
Bonito	70	8	6,69%	9	216
Brasilândia	66	8	6,69%	9	216
Camapuã	20	3	6,69%	4	96
Cassilândia	72	8	6,69%	9	216
Chapadão do Sul	21	3	6,69%	4	96
Corumbá	384	43	6,69%	46	1.104
Costa Rica	76	9	6,69%	10	240
Dois Irmãos do Buriti	80	10	6,69%	11	264
Iguatemi	70	8	6,69%	9	216
Inocência	-	6	6,69%	7	168
Itaporã	57	7	6,69%	8	192
Ivinhema	146	17	6,69%	19	456
Jardim	144	16	6,69%	18	432
Miranda	86	10	6,69%	11	264
Mundo Novo	32	4	6,69%	5	120
Navirai	103	12	6,69%	13	312
Nova Alvorada do Sul	20	3	6,69%	4	96
Nova Andradina	92	11	6,69%	12	288
Paranaíba	254	29	6,69%	31	744
Pedro Gomes	-	3	6,69%	4	96
Porto Murtinho	-	8	6,69%	9	216
Ponta Porã	333	37	6,69%	40	960
Ribas do Rio Pardo	-	12	6,69%	13	312

São Gabriel do Oeste	-	10	6,69%	11	264
Sidrolândia	14	2	6,69%	3	72
Três Lagoas	676	76	6,69%	82	1.968
TOTAL					11.832

3.1.3.3. Dessa forma, comprovados os 5 (cinco) critérios objetivos acima elencados, como condição de execução contratual, e não como requisito de habilitação, o licitante vencedor estará apto à assinatura do contrato.

3.1.3.4. Importante ainda consignar que qualquer descumprimento no decorrer da execução processual, poderá ensejar nas penalidades previstas na Lei nº 14133/2021.

3.1.4. Não transferir a terceiros, nem subcontratar o objeto.

3.1.4.1. Conforme justificado no ETP, considerando que o objeto da contratação possui natureza homogênea uma sendo plenamente executável por única empresa, não se mostra necessária ou conveniente a subcontratação. Sua autorização não traria ganhos técnicos ou econômicos à Administração e poderia comprometer a gestão, a fiscalização e a responsabilização contratual. Assim, fica vedada a subcontratação ou transferência, total ou parcial, do objeto devendo a contratada executar diretamente todas as obrigações assumidas.

3.2. Da execução do objeto

3.2.1. O fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito (ordem de fornecimento), formalizada pela Secretaria de Administração, devendo constar: a data, o valor unitário e total do fornecimento, a quantidade, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, devidamente autorizado pela Administração Superior, e ainda, acompanhada pela nota de empenho da despesa ou similar.

3.2.2. O prazo de entrega dos materiais será de no máximo 01 (um) dia útil correio eletrônico, e a contagem se dará nos moldes estabelecidos a seguir:

3.2.2.1. A contagem dos prazos observará o previsto no art. 183 da Lei nº 14.133/2021, de forma que serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento, considerando-se o dia de começo do prazo o primeiro dia útil seguinte ao envio do documento por correio eletrônico.

3.2.3. Os produtos deverão ser entregues nos prédios-sede das Promotorias de Justiça das comarcas do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, nos seguintes endereços:

3.2.3.1. Água Clara - Rua Francisco Vieira, nº 200, Centro, CEP: 79.680-000;

3.2.3.2. Amambai - Rua Pedro Manvailer, nº 4601, Centro, CEP: 79.990-000;

3.2.3.3. Angélica - Rua Stefan Dudas, nº 565, Bairro Industrial, CEP: 79.785-000;

3.2.3.4. Aparecida do Taboado - Avenida dos Estudantes, nº 3120, Residencial Primavera, CEP: 79.570-000;

3.2.3.5. Aquidauana - Rua Luiz da Costa Gomes, nº 544, Vila Cidade Nova, CEP: 79.200-000;

3.2.3.6. Bandeirantes - Rua Francisco Antônio de Souza, nº 1460, Centro, CEP: 79.430-000;

3.2.3.7. Bataguassu - Avenida Dias Barroso, nº 350, Centro, CEP: 79.780-000;

3.2.3.8. Batayporã - Rua Jair de Abranches Mella, nº 1203, Centro, CEP: 79.760-000;

3.2.3.9. Bela Vista - Rua Eduardo Peixoto, nº 1541, Centro, CEP: 79.260-000;

3.2.3.10. Bonito - Rua Lúcia Borralho, nº 897, Vila Donária, CEP: 79.290-000;

3.2.3.11. Brasilândia - Rua Raimundo Assis de Alencar, nº 1075, Centro, CEP: 79.670-000;

3.2.3.12. Camapuã - Rua Ferreira da Cunha, nº 472, Vila Diamantina, CEP: 79.420-000;

3.2.3.13. Cassilândia - Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, Alto Izanópolis, CEP: 79.540-000;

- 3.2.3.14. Chapadão do Sul - Avenida Mato Grosso do Sul, nº 435, Parque União, CEP: 79.560-000;
- 3.2.3.15. Corumbá - Rua América, nº 1880, Centro, CEP: 79.331-110;
- 3.2.3.16. Costa Rica - Rua Domingos Augusto Coelho, nº 204, Santos Dumont, CEP: 79.550-000;
- 3.2.3.17. Dois Irmãos do Buriti - Avenida Reginaldo Lemes da Silva, nº 763, Centro, CEP: 79.215;
- 3.2.3.18. Iguatemi - Avenida Waloszek Konrad, nº 1276, Centro, CEP: 79.960-000;
- 3.2.3.19. Inocência - Avenida Albertina Garcia Dias, 377 - Jardim Bom Jesus, CEP: 79.583-026;
- 3.2.3.20. Itaporã - Avenida Stefano Gonella, nº 62, Centro, CEP: 79.890-000;
- 3.2.3.21. Ivinhema - Praça dos Poderes, nº 900, Vitória, CEP: 79.740-000;
- 3.2.3.22. Jardim - Avenida Coronel Stuck, nº 85, Centro, CEP: 79.240-000;
- 3.2.3.23. Miranda - Rua General Amaro Bittencourt, nº 935, Centro, CEP: 79.380-000;
- 3.2.3.24. Mundo Novo - Av. São Paulo, nº 760, Berneck, CEP: 79.980-000;
- 3.2.3.25. Naviraí - Rua dos Pioneiros, nº 50, Centro, CEP: 79.950-000;
- 3.2.3.26. Nova Alvorada do Sul - Rua Dorivaldo Monteiro Nogueira, nº 1256, Centro, CEP: 79.140-000;
- 3.2.3.27. Nova Andradina - Rua São José, nº 564, Centro, CEP: 79.750-000;
- 3.2.3.28. Paranaíba - Rua José Robalinho da Silva, nº 215, Jardim Santa Mônica, CEP: 79.500-000;
- 3.2.3.29. Pedro Gomes - Avenida Araújo Azambuja, nº 395, Centro, CEP: 79.410-000;
- 3.2.3.30. Porto Murtinho - Rua 13 de maio, nº 444 - Centro, CEP: 79.280-550;
- 3.2.3.31. Ponta Porã - Rua Baltazar Saldanha, nº 1613, Jardim Ipanema, CEP: 79.900-000;
- 3.2.3.32. Ribas do Rio Pardo - Rua Waldemar Francisco da Silva, nº 1017 - Nossa Senhora da Conceição I, CEP: 79.180-156;
- 3.2.3.33. São Gabriel do Oeste - Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745 - Centro, CEP: 79.490-015;
- 3.2.3.34. Sidrolândia - Rua Espírito Santo, nº 1383, Centro, CEP: 79.170-000;
- 3.2.3.35. Três Lagoas - Rua Elviro Mário Mancine, nº 860, Centro, CEP: 79.602-020.
- 3.2.4. A critério do contratante, podem ser adicionados ou substituídos endereços para os quais a contratada deverá prestar atendimento, mantendo-se dentro do perímetro urbano das comarcas supracitadas.
- 3.2.5. A contratada deverá realizar a entrega nos dias estabelecidos no cronograma mensal, bem como o quantitativo conforme solicitado para cada prédio, a ser alinhado na reunião de alinhamento.
- 3.2.6. A entrega deverá ser realizada em dias úteis (de segunda a sexta-feira), no horário das 13h às 17h, observado o cronograma. Caso necessário, o contato junto ao Departamento de Material e Patrimônio do contratante poderá ser realizado por meio dos telefones (67) 3318-3980/3318-3981 ou pelos endereços eletrônicos dial@mpms.mp.br e patrimonio@mpms.mp.br.
- 3.2.7. Os materiais deverão ser entregues acondicionados em embalagens adequadas para a conservação e o armazenamento, devendo ser originais do fabricante, devidamente lacradas e identificadas.
- 3.2.8. A contratada deverá consignar no rótulo do produto o prazo de validade, a marca do produto ofertado e a fonte de origem da água, com as especificações técnicas.
- 3.2.9. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990, a apresentação do bem deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características e marca.
- 3.2.10. É de inteira responsabilidade da contratada o ônus com a entrega, incluindo o descarregamento e o transporte dos itens até o local de recebimento, inclusive devendo possuir veículo apropriado para descarregar a água nos referidos prédios.

3.2.11. O objeto será recebido da seguinte forma:

3.2.11.1. PROVISORIAMENTE: de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

3.2.11.2. DEFINITIVAMENTE: no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia imediatamente posterior à formalização do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.2.12. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações exigidas, devendo ser substituídas sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.2.13. Todos os itens deverão atender rigorosamente às especificações contidas no ETP, no Termo de Referência, em eventuais anexos e no Edital da Licitação. A entrega destes fora das especificações indicadas, implicará a recusa por parte do Ministério Público Estadual, que os colocará à disposição da empresa vencedora para substituição.

3.2.14. O MPMS reserva-se o direito de efetuar diligências para comprovação da qualidade da água. Poderá ser exigida, nestas diligências, documentação, como, Laudo de Potabilidade da Água e Relatório de Ensaio Microbiológico/Físico-Químico.

3.2.15. Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas condições de recebimento.

3.2.16. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o item foi entregue em desacordo com as especificações, a quantidade e a qualidade, com sinais externos de avaria de transporte ou defeitos de funcionamento, a contratada será notificada por escrito para proceder com a substituição no prazo de 01 (um) dia útil, sem ônus para a Administração, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.2.17. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e o MPMS dará as destinações que julgar pertinente.

3.2.18. Considerando que os vasilhames têm vencimento de 3 (três) anos e que os recipientes vencidos podem ocasionar gastos extras ao contratado e/ou ao contratante, é de suma importância que tanto este Órgão quanto o contratado realizem o controle da validade dos galões, ficando inteiramente responsável pela troca quem estiver de posse do vasilhame na data do vencimento.

3.2.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.2.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.2.21. A(s) empresa(s) que não cumprir(em) as condições estipuladas poderão sofrer as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, observando as disposições contidas na Resolução n.º 30/PGJ/2024.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento entre o Gestor, Fiscais e Representantes da empresa, momento no qual as partes serão apresentadas e irão dirimir discutir pormenorizadamente o cronograma referente ao objeto desta contratação, de forma a atender aos prazos estabelecidos no instrumento contratual, dirimindo assim eventuais dúvidas.

4.2. A Gestão e Fiscalização do Contrato caberão a servidores, que serão designados formalmente por meio de portaria específica.

4.3. A atuação de Gestores e Fiscais observará o disposto na Resolução nº 02/2023-PGJ, de 8 de março de 2023, que disciplina os procedimentos de Gestão e Fiscalização Contratual no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo da aplicação de outras normativas correlatas.

5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Participar da reunião de alinhamento de que trata o item Modelo de Gestão de Contrato, na data e horário marcados, conforme conveniência da Administração.

5.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do fornecimento e entrega dos materiais.

5.3. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o contratante.

5.4. Substituir os materiais recusados pelo órgão, no prazo de 01 (um) dia útil, sem qualquer ônus para a Administração, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos materiais.

5.6. Comunicar imediatamente quaisquer irregularidades que possam comprometer a eficiência, responsabilidade e qualidade dos serviços, dando ciência à fiscalização do contrato, por escrito, para a adoção das providências cabíveis.

5.7. A contratada deverá apresentar, em qualquer tempo quando solicitado pelo MPMS, a fim de assegurar a qualidade dos produtos ofertados, as cópias dos seguintes documentos:

a) Certificado de Registro de Exploração da Fonte no Departamento Nacional de Produção Mineral;

b) Documento que comprove a qualidade da água nos seus aspectos bacteriológicos e microbiológicos, cujo prazo não seja superior a 90 (noventa) dias, demonstrando-a como própria para o consumo humano;

c) Documento da Vigilância Sanitária concedendo licença à empresa produtora, para extração e envase de água mineral.

5.8. A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo MPMS a tais documentos.

5.9. Não poderá divulgar quaisquer informações a que tenha acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto do contrato, sem autorização, por escrito, do MPMS, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos.

5.10. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

5.12. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

5.13. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas,

previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

5.14. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.15. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

5.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores, de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.17. A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados meio de contato, tais como conta de e-mail, endereço e telefones comerciais, para fins de comunicação formal entre as partes.

5.17.1. A contratada se responsabilizará pelos dados de correio eletrônico e de demais meios de comunicação fornecidos, de modo que, qualquer alteração dessas informações deverá ser comunicada ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço e/ou ao correio eletrônico constante dos autos.

5.17.2. A contratada deverá confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

5.18. A Contratada deve observar as disposições sobre a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, as quais estão previstas no item "Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)" deste documento.

5.19. A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos prevista em outras normas específicas.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Convocar a fornecedora para a reunião de alinhamento, a fim de atender ao previsto no item Modelo de Gestão de Contrato, se for o caso.

6.2. Notificar a contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto contratado.

6.3. Proporcionar todas as facilidades para que a fornecedora possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratadas.

6.4. Aplicar as penalidades cabíveis.

6.5. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR, DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO E DO REAJUSTE

7.1. Do valor

7.1.1. O valor estimado total da contratação pelo período de ____ é de R\$ ____ (por extenso).

7.2. Dos critérios de medição e pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado mensalmente, por meio de ordem bancária a favor da contratada, em até 15 (quinze) dias úteis, após o aceite da efetiva entrega do produto por parte do fiscal requisitante e/ou fiscal técnico, e a Nota Fiscal ter sido devidamente atestada por servidores do Órgão.

7.2.2. Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido

monetariamente "*pro rata die*" com base no IPCA-IBGE ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado "*pro rata die*".

7.2.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.2.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *online* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.2.5. Poderão ser solicitadas à fornecedora/contratada o envio de documentos complementares não constantes no SICAF.

7.2.6. O MPMS realizará consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do MPMS.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Do reajuste

7.3.1. O valor do contrato poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O licitante ou contratado que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida no planejamento, no edital de licitação, nos instrumentos auxiliares, em aviso de dispensa e/ou em contrato firmado pelo MPMS, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, fica sujeito às seguintes sanções administrativas, nos termos da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

8.1.1. advertência;

8.1.2. multa;

8.1.2.1. multa de mora por atraso injustificado na entrega do objeto ou na execução do contrato, que será calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor

da obrigação não cumprida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, observando-se a relação proporcional dos dias/horas de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

I – atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia/hora de atraso;

II – atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia/hora de atraso;

III – atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso;

IV – atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia/hora de atraso.

8.1.2.2. compensatória, nos seguintes percentuais e observando-se os seguintes parâmetros:

I – de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, para aquele que não mantiver:

a) a regularidade dos documentos exigidos na habilitação e/ou não comunicar fato que altere sua condição;

b) preço, condição e/ou marca, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, para fins de contratação;

II – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 20% a 30% (de vinte por cento a trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 25% a 30% (de vinte e cinco por cento a trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação, em caso de:

a) apresentação de documentação ou declaração falsas durante a licitação/contratação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação/contratação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer outra natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação/contratação;

e) prática de ato lesivo à administração pública;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou que lhe diminuam o valor ou, ainda, que estejam fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

V – 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

8.1.2.2.1. caso o contrato ainda não tenha sido celebrado, o percentual para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

8.1.2.2.2. No caso de inexecução parcial do objeto, mesmo quando houver interesse na continuidade da contratação, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2.2.3. A inexecução parcial ou total do objeto, quando não houver interesse na continuidade da contratação, implicará a aplicação de multa compensatória de 20%

(vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

8.1.2.2.4 – Nas hipóteses em que o percentual estabelecido para a aplicação de sanção for variável, a definição dependerá da especificidade do objeto e do seu impacto no funcionamento do MPMS, conforme parâmetros definidos no planejamento, no edital/instrumento equivalente ou no contrato.

8.1.2.2.5- Nos contratos de obras e demais serviços de engenharia, se for o caso, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais (anteriores e/ou posteriores) que tenham sido impactadas pela falta administrativa, salvo disposição em contrário no planejamento, nos instrumentos auxiliares no instrumento convocatório e/ou instrumento contratual.

8.1.2.2.6. Em caso de infração praticada durante o procedimento de seleção, o fornecedor ficará sujeito à sanção de multa compensatória sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I – 10% (dez por cento) para as condutas tipificadas no art. 12 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

II – 15% (quinze por cento) para as condutas tipificadas no art. 13 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024.

8.1.3. impedimento de licitar e contratar com o MPMS e com o Estado de Mato Grosso do Sul, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

8.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

8.2. As sanções de advertência, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as de multa.

8.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

8.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato, conforme Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

8.5. A Administração pode, ad cautelam, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo, no qual será assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.5.1. O valor de multa retido cautelarmente será liberado ao contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o provimento do recurso ou a reconsideração da decisão pela aplicação da sanção.

8.6. A multa deverá ser recolhida por meio de depósito bancário identificado na conta bancária informada pelo contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pelo fornecedor sancionado, salvo se outro prazo e forma estiverem previstos no instrumento de planejamento da contratação;

8.7. Caso o fornecedor não efetue o recolhimento em conta, o valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

I – descontado dos créditos a que fizer jus, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou a entidade sancionadora;

II – descontado do valor da garantia prestada, se for o caso;

III – cobrado judicialmente.

8.7.1. Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor contratado, acrescido dos valores de garantia prestada, a diferença será apurada e cobrada pelo contratante, que intimará o fornecedor a efetuar o pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de depósito identificado, nos mesmos

termos previstos no artigo 10 da Resolução nº 30/2024, de 1º de agosto de 2024.

8.7.2. Não sendo possível a quitação total dos valores apurados a título de multa e indenizações, o contratante encaminhará cópia do processo à Procuradoria-Geral do Estado para inscrição na dívida e cobrança judicial.

8.8. O prazo da sanção de impedimento de licitar e contratar com a administração pública estadual, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes por parte do Secretário(a)-Geral, será de no máximo 3 (três) anos.

8.9. O prazo da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes, será de no mínimo 3 (três) anos e de no máximo 6 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado em decorrência das irregularidades constatadas.

8.10. A aplicação de Sanções Administrativas observará o disposto na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, que "regulamenta o processo administrativo, o procedimento de apuração e os parâmetros para aplicação de sanções administrativas por infração dos participantes de processos de seleção de fornecedores, incluídos procedimentos auxiliares, aos contratados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e por seus fundos especiais e demais unidades gestoras subordinadas, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021".

9. CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. Este Contrato poderá ser extinto, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos termos do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, conforme segue:

9.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.1.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.1.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

10.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, nos termos do artigo 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta do _____, Programa de Trabalho _____, Fonte _____, Natureza de Despesa _____, nos termos da Nota de Empenho nº ____NE000____, de ____/____/____.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. A este Contrato será dada publicidade por parte do Contratante, mediante publicação de extrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 94, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos e as disposições de direito privado.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Este Contrato mantém-se vinculado aos termos do Edital de licitação e à

proposta que o originou;

14.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada de suas responsabilidades;

14.3. Qualquer tolerância do Contratante quanto a eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

14.4. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

14.4.1. Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para a execução do serviço objeto desta contratação, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada, tais como o número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.

14.4.2. A contratada manifesta seu expresse consentimento quanto ao uso, pelo MPMS, das informações e dados pessoais, e os dados pessoais sensíveis, se for o caso, por ela repassados em decorrência desta contratação e/ou fornecimento, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018.

14.4.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações —em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.

14.4.4. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.4.5. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

14.4.6. A contratada se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, operadores, consultores, e/ou prestadores de serviços, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4.7. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul se responsabilizará por assegurar que todos os seus controladores, operadores e servidores, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4.8. A contratada deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, devendo adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo MPMS.

14.4.9. A contratada obriga-se a implementar medidas técnicas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, incluindo a capacitação regular dos seus colaboradores, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes,

vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato está exposto.

14.4.10. A contratada fica obrigada a comunicar ao MPMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

14.5. Da Política Antifraude e Anticorrupção

14.5.1.A contratada manifesta ciência da existência da Política Antifraude e Anticorrupção do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021, podendo acessá-la por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas>.

14.5.2. As partes se comprometem, durante a execução do objeto, a atuar em conformidade com a Política Antifraude e Anticorrupção do MPMS (Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021), o Código de Ética e de Conduta dos servidores do MPMS (Resolução nº 025/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021.); a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), de 19 de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, cumprindo as determinações e diretrizes desses documentos na realização de suas atividades.

14.5.3. As partes, sob as penas previstas na legislação, devem observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis contra a fraude e a corrupção.

14.5.4. Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da fornecedora, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

14.5.4.1. Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

14.5.4.2. Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. As partes elegem o foro da Comarca de Campo Grande/MS, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir questões oriundas deste Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Campo Grande/MS, __ de _____ de 202__.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

(adequar para Fundo Especial, se for o caso)

Procurador-Geral de Justiça

CONTRATADA
(Representante Legal)